

# A praga que resiste

## Diário do Comércio

Marcos Cintra – 03/04/2006

A tragicomédia tributária no Brasil teve mais um ato, com a notícia de que nem os técnicos e fiscais da Secretaria da Receita Federal conseguem entender um tributo que nos últimos anos se tornou emblemático da esculhambação tributária que reina no país. A Cofins virou uma colcha de retalho após tantas alterações e a SRF pretende treinar seu quadro de fiscalização para mostrar o que está valendo. É um absurdo. Se nem os técnicos do Fisco estão conseguindo destrinchar a complexidade da Cofins, não é difícil imaginar o inferno vivido por empresários e tributaristas quando lidam com o tributo.

Não é à toa que nem os profissionais da Receita entendem. Desde que foi alterada a forma de cobrança, o tributo sofreu inúmeras mudanças. A partir da lei 10833/03 o que se viu foi uma quantidade absurda de alterações na contribuição. Em seu primeiro ano o número de leis, medidas provisórias, decretos, instruções normativas, normas de execução, atos declaratórios e interpretativos e as portarias tratando da Cofins chegaram a quase 90. Durante 2005 e o início deste ano foram mais 57 mudanças. Portanto, em apenas dois anos a Cofins sofreu quase 150 alterações.

A burocracia tributária no Brasil é uma praga cada vez mais resistente. A produção de normas não cessa e torna a vida do contribuinte um inferno. Isto fica evidente em um levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Segundo o órgão, desde a promulgação da Constituição até 2004 foram editadas quase 220 mil normas tributárias no Brasil. Isto equivale a 55 novas regras por dia útil.

A estrutura de impostos como um todo é ruim, mas há tributos que são símbolos do caos que prevalece no país. O PIS e a Cofins são contribuições cuja proliferação de normas e procedimentos têm sido calamitosa desde quando os críticos da cumulatividade impuseram a tese de que a solução seria cobrá-las sobre o valor agregado. Com isso, a alíquota de ambas mais que dobrou e o peso das duas contribuições na arrecadação tem sido cada vez maior.

Amudança na sistemática de cobrança das duas contribuições pode ser classificada como um dos casos mais patéticos da história tributária do país. Muitas atividades que reivindicavam a forma não-cumulativa mudaram de idéia poucos meses depois de sua implementação e pediram para voltar ao sistema anterior, cumulativo, e foram atendidos. Passou a vigorar um sistema híbrido, como, aliás, acontece com outros tributos tidos como não-cumulativos. A Cofins tem sido o tributo mais criticado do país nos últimos anos e um dos mais difíceis de ser entendido tanto pelo contribuinte como pelo Fisco, tal como ficou evidenciado pela necessidade de treinamento de fiscais e técnicos fazendários.

A CNI criticou as freqüentes mudanças na legislação do PIS/Cofins e defende a revisão de suas alíquotas. E assim, de regra em regra, geram-se mudanças pontuais que contribuem para criar situações hilariantes, como a dificuldade dos próprios fiscais em entender a Cofins.

---

Marcos Cintra, ex-deputado federal, é secretário das Finanças de São Bernardo

Email: [mcintra@marcoscintra.org](mailto:mcintra@marcoscintra.org)